



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

EDITAL Nº 28/2024

Processo nº 25051.000238/2024-46

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - XINGU

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90117/2024

(Processo Administrativo nº 25051.000238/2024-46)

Torna-se público que o Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu, por meio do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG, sediado na Avenida Rio Grande do Sul, nº 1.181, Bairro Flamboyant I, na cidade de Canarana-MT, CEP: 78.640-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 20/05/2024

Horário: 08:00 horas (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto e Fechado

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de material de construção civil para reparos e melhorias das estruturas dos Sistemas de Abastecimento de Água - SAA, bem como Unidades Básicas de Saúde Indígena - UBSI das aldeias, Polos base e Casa de Apoio a Saúde Indígena - CASAI adstritas ao DSEI/Xingu, Alojamentos de Equipe e Sede do Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial,

econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60(sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,05 (cinco centavos).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos,

aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e

mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da

oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei;

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio legalmente previsto.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das

informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. 1.1.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)).

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado

no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação,

observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico ...

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. fraudar a licitação;

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e

12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: *selog.dseixingu@saude.gov.br*

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico: www.gov.br/compras.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus

anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.gov.br/compras.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.3. ANEXO III - Minuta de Contrato;

Canarana-MT, 29 de abril de 2024.

Wulkai Suia

Coordenador Distrital de Saúde Indígena

Portaria de Pessoal GM/MS nº 849, de 25 de abril de 2023

(assinatura eletrônica)



Documento assinado eletronicamente por **Wulkai Suia, Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 29/04/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0040378908** e o código CRC **45DC1CDA**.

Referência: Processo nº 25051.000238/2024-46

SEI nº 0040378908

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/XINGU
Avenida Rio Grande do Sul, nº 1181 - Bairro Jardim Flamboyant, Canarana/MT, CEP 78640-000
Site - www.saude.gov.br

Termo de Referência 33/2023

Informações Básicas

Número do artefato UASG

33/2023

Status

PUBLICADO

Editado por

257041-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XINGU TAMARIKO JURUNA

Atualizado em

23/02/2024 15:50 (v 3.1)

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

25051.000238/2024-46

Processo Administrativo

1. Definição do objeto

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Aquisição de material de construção civil para reparos e melhorias das estruturas dos Sistemas de Abastecimento de Água - SAA, bem como Unidades Básicas de Saúde Indígena - UBSI das aldeias, Polos base e Casa de Apoio a Saúde Indígena - CASAI adstritas ao DSEI/Xingu, Alojamentos de Equipe e Sede do Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QTDE. MÁX.	QTDE. MÍN.	UND. MEDIDA	VALOR MEDIANA UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	236983	Barra de aço, comprimento 12m, aço CA-50, diâmetro = 6,3 mm	126	63	Unidade	R\$ 32,00	R\$ 4.032,00
2	394410	Barra de aço, comprimento 12m, aço CA-50, diâmetro = 8,0 mm	250	125	Unidade	R\$ 54,00	R\$ 13.500,00
3	236982	Barra de aço, comprimento 12m, aço CA-50, diâmetro = 10,0 mm	250	125	Unidade	R\$ 60,00	R\$ 15.000,00
4	393221	Barra de aço, comprimento 12m, aço CA-60, diâmetro = 5,0 mm	650	325	Unidade	R\$ 22,27	R\$ 14.475,50
5	225308	Arame recozido 16 BWG, D = 1,60mm (0,016 kg/m)	50	25	KG	R\$ 21,46	R\$ 1.073,00
6	15903	Arame galvanizado 12 BWG, diâmetro de 2,76 mm, peso linear de 0,048 kg/m, rolo de 1,0 kg	40	20	KG	R\$ 24,70	R\$ 988,00
7	216954	Areia de construção - granulometria média	36	18	M³	R\$ 195,90	R\$ 7.052,40

8	216953	Areia de construção - granulometria fina	36	18	M³	R\$ 190,00	R\$ 6.840,00
9	216957	Pedra britada n.1 (9,5 a 19mm)	36	18	M³	R\$ 290,00	R\$ 10.440,00
10	216956	Pedra britada n. 0 ou pedrisco (4,8 a 9,5mm)	36	18	M³	R\$ 275,63	R\$ 9.922,68
11	382067	Bloco cerâmico (alvenaria de vedação), 9 furos, de 11,5 x 14 x 24cm	9750	4875	Unidade	R\$ 1,76	R\$ 17.160,00
12	236976	Bloco cerâmico (alvenaria de vedação), 6 furos, de 9 x 14 x 24cm	9750	4875	Unidade	R\$ 1,40	R\$ 13.650,00
13	337220	Cimento Portland composto CP II-32 (saco de 50kg)	1000	500	Unidade	R\$ 45,90	R\$ 45.900,00
14	237554	Telha de fibrocimento tipo ondulada dimensões: 2,44 x 1,10 m x 6mm	500	250	Unidade	R\$ 79,90	R\$ 39.950,00
15	235861	Telha de fibrocimento tipo ondulada dimensões: 3,66 x 1,10 m x 6mm	500	250	Unidade	R\$ 142,01	R\$ 71.005,00
16	237553	Telha de fibrocimento tipo ondulada dimensões: 1,83 x 1,10 m x 6mm	500	250	Unidade	R\$ 78,34	R\$ 39.170,000
17	481565	Telha cerâmica, tipo supernova, 43cm x 27cm	6000	3000	Unidade	R\$ 4,66	R\$ 27.960,00
18	456383	Tinta acrílica a base d'água cor concreto (lata 18L)	35	18	Unidade	R\$ 324,95	R\$ 11.373,25
19	456384	Tinta acrílica a base d'água cor branco gelo (lata 18L)	35	18	Unidade	R\$ 397,28	R\$ 13.904,80
20	372675	Esmalte sintético a base de óleo, acabamento brilhante; aplicação: revestimento superfícies internas, externas e madeira (galão 3,6L)	38	19	Unidade	R\$ 104,50	R\$ 3.971,00
21	275188	Massa corrida a base d'água: composição resina a base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, cargas minerais inertes e aditivos. Embalagem de 25Kg	35	18	Unidade	R\$ 97,45	R\$ 3.410,75
22	317914	Prego de aço com cabeça 10 x 10 (1,5 x 23mm)	209	105	KG	R\$ 25,77	R\$ 5.385,93
23	317911	Prego de aço com cabeça 15 x 15 (2,4 x 30mm)	209	105	KG	R\$ 19,27	R\$ 4.027,43
		Prego de aço com					

24	609322	cabeça 17 x 21 (3 x 50mm)	209	105	KG	R\$ 25,52	R\$ 5.333,68
25	317910	Prego de aço com cabeça 17 x 27 (3 x 62mm)	209	105	KG	R\$ 22,50	R\$ 4.702,50
26	232999	Prego de aço com cabeça 19 x 33 (3 x 9)	209	105	KG	R\$ 23,48	R\$ 4.907,32
27	317905	Prego de aço com cabeça 20 x 48 (4,4 x 110,4mm)	209	105	KG	R\$ 29,90	R\$ 6.249,10
28	343325	Prego de aço com cabeça 21 x 45 (4 x 6)	209	105	KG	R\$ 24,50	R\$ 5.120,50
29	214458	Prego telheiro galvanizado para telha de fibrocimento com arruela metálica e arruela de PVC, corpo espirilado, tamanho 18 x 27, pacote de 1kg	200	100	KG	R\$ 33,70	R\$ 6.754,00
30	483501	Revestimento cerâmico, categoria PEI-IV, dimensões 45 x 45, cor branca, acabamento esmaltado	500	250	M²	R\$ 35,00	R\$ 17.500,00
31	223467	Tinta acrílica cor branco neve em latão de 18L, acabamento semibrilho, rendimento mínimo de 320m²/demão por latão, para pintura em área interna ou externa	35	18	Unidade	R\$ 335,00	R\$ 11.725,00
32	398085	Tinta acrílica cor verde folha em latão de 18L, acabamento semibrilho, rendimento mínimo de 320m²/demão por latão, para pintura em área interna ou externa	34	17	Unidade	R\$ 641,99	R\$ 21.827,66
33	393223	Selador acrílico para paredes internas e externas em latão de 18L, rendimento mínimo de 350m²/demão por latão, antimoho, acabamento fosco	35	18	Unidade	R\$ 338,00	R\$ 11.830,00
34	453731	Selador acrílico para madeira em galão de 3,6 L, rendimento mínimo de 85m²/demão por galão	34	17	Unidade	R\$ 128,67	R\$ 4.374,78
35	240929	Massa para madeira em galão de 3,6L (5,5kg), uso interno e externo, rendimento mínimo de 10m²/demão por galão	10	5	Unidade	R\$ 70,83	R\$ 708,30
36	217297	Dobradiça zincada, dimensões 3" x 2 1/2", sem anel, pacote c/ 3	100	50	Unidade	R\$ 29,90	R\$ 2.990,00

		unidades, inclusive parafusos.					
37	334667	Dobradiça zincada 4" x 3", pacote c/ 3 unidades, inclusive parafusos.	100	50	Unidade	R\$ 18,59	R\$ 1.859,00
38	343460	Fechadura externa padrão popular, acabamento cromado, máquina de 40mm, completa, com chaves, espelhos e parafusos de fixação	34	17	Unidade	R\$ 76,00	R\$ 2.584,00
39	354740	Fechadura interna padrão popular, acabamento cromado, máquina de 40mm, completa, com chaves, espelhos e parafusos de fixação	34	17	Unidade	R\$ 72,92	R\$ 2.479,28
40	356995	Fechadura para banheiro padrão popular, acabamento cromado, máquina de 40mm, completa, com espelhos e parafusos de fixação	34	17	Unidade	R\$ 71,10	R\$ 2.417,40
41	297215	Folha de lixa para ferro e aço N°80	200	100	Unidade	R\$ 2,46	R\$ 492,00
42	311547	Folha de lixa para ferro e aço N°100	200	100	Unidade	R\$ 2,00	R\$ 400,00
43	230655	Folha de lixa para ferro e aço N°120	200	100	Unidade	R\$ 2,00	R\$ 400,00
44	233856	Folha de lixa d'água N° 80	875	438	Unidade	R\$ 2,23	R\$ 1.951,25
45	445327	Folha de lixa d'água N° 100	525	263	Unidade	R\$ 2,24	R\$ 1.176,00
46	234721	Folha de lixa d'água N° 120	525	263	Unidade	R\$ 1,50	R\$ 787,50
47	440405	Folha de lixa d'água N° 220	525	263	Unidade	R\$ 1,38	R\$ 724,50
48	354502	Folha de lixa N° 80 para madeira	100	50	Unidade	R\$ 1,00	R\$ 100,00
49	329586	Folha de lixa N° 100 para madeira	100	50	Unidade	R\$ 1,64	R\$ 164,00
50	313474	Folha de lixa N° 120 para madeira	100	50	Unidade	R\$ 0,91	R\$ 91,00
51	275848	Telha translúcida de fibra de vidro modelo vogatex/fibrotex, com 2,44 x 1,10m, compatível com telha de fibrocimento de 4 mm de espessura, na cor leitosa, com proteção contra raios UV.	50	25	Unidade	R\$ 111,56	R\$ 5.578,00
52	244640	Telha de fibrocimento tipo fibrotex nas dimensões 0,50 x 2,44m	500	250	Unidade	R\$ 32,00	R\$ 16.000,00

		com espessura de 4,0 mm.					
53	220760	Cumeeira para telha de fibrocimento tipo fibrotex de 50cm de comprimento e espessura de 4,0mm, parte inferior.	250	125	Unidade	R\$ 10,22	R\$ 2.555,00
54	220755	Cumeeira para telha de fibrocimento tipo fibrotex de 50cm de comprimento e espessura de 4,0mm, parte superior.	250	125	Unidade	R\$ 13,90	R\$ 3.475,00
55	483992	Elemento vazado (Cobogó) em concreto premoldado 40x40x7cm	40	20	Unidade	R\$ 21,88	R\$ 875,20
56	326198	Revestimento cerâmico, categoria PEI V, dimensões mínimas 30x30, cor branca, acabamento esmaltado	500	250	M²	R\$ 38,20	R\$ 19.100,00
57	315169	Argamassa colante tipo AC1, pacote de 20kg	205	103	Unidade	R\$ 18,50	R\$ 3.792,50
58	466764	Rejunte flexível antimoho na cor branca, pacote de 1,0kg	100	50	Unidade	R\$ 10,90	R\$ 1.090,00
59	373752	Espaçador de 4,0mm para cerâmica pacote com 100 unidades	35	18	Unidade	R\$ 8,99	R\$ 314,65
60	465636	Compensado tipo OSB tapume, espessura 10,0 mm, dimensões 1,22x2, 20m.	80	40	Unidade	R\$ 175,74	R\$ 14.059,20
61	390022	Impermeabilizante em emulsão asfáltica dispersa em água, balde de 18L	20	10	Unidade	R\$ 211,12	R\$ 4.222,40
62	247318	Forro PVC em placas de dimensões 0,20 x 6,0m na cor branca	1000	500	M²	R\$ 42,00	R\$ 42.000,00
63	318018	Bucha plástica S6 com anel, uso em alvenaria ou concreto.	1000	500	Unidade	R\$ 0,12	R\$ 120,00
64	481479	Pia inox 430, com uma cuba centralizada, com dimensões de 1,20m x 55,0cm com rodopia, escorredor duplo	34	17	Unidade	R\$ 279,00	R\$ 9.486,00
65	343623	Tanque Duplo, material granitina, dimensões 120x50cm	34	17	Unidade	R\$ 281,26	R\$ 9.562,84
		Impermeabilizante para caixas d'água em concreto, argamassa e alvenaria tipo revestimento protetor semi-flexível,					

66	393923	bicomponente, à base de cimento, areias selecionadas e resina acrílica, fornecido pronto para uso, bastando apenas misturar os componentes, o líquido branco leitoso com o pó fino, aplicação como pintura, alta aderência em substratos cimentícios e alvenaria, em embalagem de 18kg	35	18	Unidade	R\$ 200,00	R\$ 7.000,00
67	356718	Cabo de aço inox tipo náutico com alma de aço, diâmetro de 3,18 mm (1/8"), 6x19.	1500	750	M	R\$ 2,40	R\$ 3.600,00
68	291567	Cabo de aço inox tipo náutico com alma de aço, diâmetro de 4,76 mm (3/16"), 6x19.	750	375	M	R\$ 7,00	R\$ 5.250,00
69	449754	Cabo de aço inox tipo náutico com alma de aço, diâmetro de 6,35 mm (1/4"), 6x19.	500	250	M	R\$ 11,99	R\$ 5.995,00
70	356134	Grampo tipo Clips em aço inox para cabo de aço de 3,18 mm (1/8")	100	50	Unidade	R\$ 0,65	R\$ 65,00
71	306909	Grampo tipo Clips em aço inox para cabo de aço de 4,76 mm (3/16")	60	30	Unidade	R\$ 1,71	R\$ 102,60
72	356719	Grampo tipo Clips em aço inox para cabo de aço de 6,35 mm (1/4")	60	30	Unidade	R\$ 1,40	R\$ 84,00
73	218050	Esticador para cabo de aço de 1/4" tipo gancho /olhal em aço galvanizado	50	25	Unidade	R\$ 6,50	R\$ 325,00
74	458189	Manta de fibra de vidro laminado, pacote de 250,0g	27	14	Unidade	R\$ 34,16	R\$ 922,32
75	441682	Resina de poliéster para fibra de vidro em frasco de 900 ml, acompanha frasco de catalisador	27	14	Unidade	R\$ 51,56	R\$ 1.392,12
76	231375	Armário plástico para banheiro, uma porta com puxador, cor branca, com espelho, modelo de sobrepor, dimensões aproximadas de 31x36x10cm	34	17	Unidade	R\$ 74,99	R\$ 2.549,66
77	454416	Abraçadeira reforçada em aço carbono para mangote de 2 1/2", aperto com parafuso, rosca sem fim	101	51	Unidade	R\$ 5,24	R\$ 529,24

78	454411	Abraçadeira reforçada em aço carbono para mangote de 1 1/2", aperto com parafuso, rosca sem fim	101	51	Unidade	R\$ 5,53	R\$ 558,53
79	442020	Tela em fibra de vidro, tipo anti inseto, com largura de 1,50 m, malha 18x16, fio 30, proteção anti-UV, fio revestido em PVC	150	75	M	R\$ 21,28	R\$ 3.192,00
80	297475	Barra roscada galvanizada 1/2" x 1,00m	400	200	Unidade	R\$ 13,85	R\$ 5.540,00
81	365555	Porca galvanizada sextavada para barra roscada 1/2"	4000	2000	Unidade	R\$ 0,76	R\$ 3.040,00
82	485984	Arruela galvanizada para barra roscada 1/2"	4000	2000	Unidade	R\$ 0,42	R\$ 1.680,00
83	343594	Barra PCD 80,0cm, em aço carbono, acabamento inox, reta, com parafusos de fixação conforme norma NBR 9050	8	4	Unidade	R\$ 109,00	R\$ 872,00
84	484602	Banco articulado PCD, em aço carbono, acabamento inox, com parafusos de fixação e pés de apoio tamanho 70 x 45cm conforme NBR 9050	8	4	Unidade	R\$ 575,67	R\$ 4.605,36
85	217375	Armador de rede em aço galvanizado modelo de chumbar em parede, inclusive gancho, tipo reforçado	40	20	Unidade	R\$ 14,39	R\$ 575,60
86	317352	Armador de rede em aço galvanizado modelo de parafusar em parede, com gancho, tipo reforçado, inclusive parafusos de fixação	40	20	Unidade	R\$ 16,27	R\$ 650,80
87	442680	Vidro cancelado 4,0mm para esquadrias	40	20	M²	R\$ 150,55	R\$ 6.022,00
88	241760	Massa para fixação de vidro em esquadrias	20	10	KG	R\$ 20,00	R\$ 400,00
89	443888	Mourão para cerca em concreto armado, seção quadrada 12x12cm, comprimento de 2,80m e ponta curva com 40cm, adequado para a instalação de 11 fios de arame	120	60	Unidade	R\$ 90,00	R\$ 10.800,00
90	360921	Parafuso chipboard tipo philips 3,5x40mm com rosca soberba, caixa com 500 unidades	10	5	Unidade	R\$ 31,84	R\$ 318,40

91	442015	Parafuso autobrocante em aço carbono zincado, cabeça flangeada, dimensões 4,2x25mm	1000	500	Unidade	R\$ 0,34	R\$ 340,00
92	382599	Parafuso autobrocante em aço carbono zincado, cabeça sextavada, comprimento 6,30mm, diâmetro 2,5mm, com arruela de vedação	1000	500	Unidade	R\$ 0,48	R\$ 480,00
93	362047	Lona de polietileno impermeável, reforçada, 200 micras, dimensões 7x4m, proteção anti-UV, ilhóses metálicos, fio sintético ao redor da bacia	35	18	Unidade	R\$ 320,61	R\$ 11.221,35
94	353779	Lona de polietileno impermeável, reforçada, 200 micras, dimensões 5x4m, proteção anti-UV, ilhóses metálicos, fio sintético ao redor da bacia	35	18	Unidade	R\$ 180,02	R\$ 6.300,70
95	299792	Lona filme incolor, para estufa, com proteção UV, espessura de 150 micras, em rolos com 8 metros de largura por 100 metros de comprimento	5	3	Unidade	R\$ 4.320,00	R\$ 21.600,00
96	251303	Solvente tipo Thinner em embalagem de 900 mililitro	30	15	Unidade	R\$ 14,99	R\$ 449,70
97	440471	Manta asfáltica auto adesiva aluminizada, em rolo com 30cm x 10 metros	5	3	Unidade	R\$ 75,99	R\$ 379,95
98	360924	Parafuso rosca soberba, tipo chipboard, chave philips, dimensões 4,0x40mm, caixa com 100 unidades	10	5	Unidade	R\$ 15,20	R\$ 152,00
99	389532	Fundo Zarcão Primer anticorrosivo, aderente, secagem rápida, superfícies metálicas ferrosas em geral, para interiores e exteriores, Galão 3,6 L	10	5	Unidade	R\$ 150,546	R\$ 1.505,46
100	601072	Acabamento para forro (rodaforro) em PVC, perfil tipo U, cor branco, peça de 6,00 metros	200	100	Unidade	R\$ 42,90	R\$ 8.580,00
101	447694	Anel em concreto armado, peça circular pré-moldada, diâmetro externo: 1.200mm; espessura mínima:	25	13	Unidade	R\$ 435,00	R\$ 10.875,00

		40mm; altura: 500mm; peso aproximado: 150kg.					
102	225315	Treliça eletrosoldada CA 60, compostas de vergalhões banzo superior 6,0mm, banzo inferior 4,2mm e diagonais 4,2mm, altura 8,0 cm, peça com 12,0m	25	13	Unidade	R\$ 67,02	R\$ 1.675,50
103	364511	Bandeja de pintura plástica 40 x 23	5	3	Unidade	R\$ 15,40	R\$ 77,00
104	288794	Rolo de pintura predial lâ de carneiro, 23cm com suporte e garfo de aço.	15	8	Unidade	R\$ 22,90	R\$ 343,50
105	372682	Rolo de pintura predial lâ de carneiro, 15cm com suporte e garfo de aço.	15	8	Unidade	R\$ 15,80	R\$ 237,00
106	612538	Pincel de pintura 1"	15	8	Unidade	R\$ 4,01	R\$ 60,15
107	299698	Pincel de pintura 2"	15	8	Unidade	R\$ 8,00	R\$ 120,00
108	447110	Pincel de pintura 2" 1/2	15	8	Unidade	R\$ 7,85	R\$ 117,75
109	455088	Fita crepe adesiva 48 MM X 50M	50	25	Unidade	R\$ 18,67	R\$ 933,50
110	471090	Cabo rolo de pintura do tipo extensor 4,0M	5	3	Unidade	R\$ 80,50	R\$ 402,50
111	449350	Espátula de aço 80MM	10	5	Unidade	R\$ 9,02	R\$ 90,20
112	307559	Massa acrílica em latão de 18L (25kg), rendimento mínimo de 50m²/ demão por latão, para uso interno e externo	10	5	Unidade	R\$ 105,20	R\$ 1.052,00
113	346299	Colher de pedreiro 10" aço inteiriça	10	5	Unidade	R\$ 15,67	R\$ 156,70
114	468625	Carrinho de mão aço galvanizado, pneu com câmara, capacidade de 100kg.	5	3	Unidade	R\$ 329,34	R\$ 1.646,70
VALOR TOTAL						R\$ 766.937,59	

Observação 1: Em caso de divergência entre o Sistema de Catalogação de Material – CATMAT e o Termo de Referência permanecem as descrições técnicas contidas no Termo de Referência.

Observação 2: Justifica-se o parcelamento das quantidades de material em 50%, ou seja, em duas etapas, uma divisão das quantidades mínimas e máximas de entrega em virtude de suprir as necessidades de reparos e manutenções emergenciais nas unidades de jurisdição do Dsei Xingu.

1.2. Todos os instrumentos utilizados para medição de grandezas físicas deverão ser entregues calibrados.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - O presente processo tem por objetivo garantir a operação de todas as atividades do Distrito Sanitário Especial Indígena Xingu, no tocante a levar o conhecimento, trabalhar habilidades e promover o bem-estar de todos os funcionários e usuários, tendo como finalidade, a melhoria dos índices da saúde nas aldeias. Pensando desta forma, e para garantir as atividades em todas as unidades e SAA das aldeias indígenas do Xingu, a administração promove através deste pleito, a contratação de uma empresa que forneça insumos de construção civil para reparos e melhorias de todos os 93 (noventa e três) Sistemas de Abastecimento de Água - SAA, em especial a aqueles que precisam de reparos e manutenção emergências bem como as Unidades Básicas de Saúde Indígena - UBSI das aldeias, Polos base e Casa de Apoio a Saúde Indígena - CASAI adstritas ao DSEI/Xingu, afim de preservar as condições estruturais das construções existentes, tendo em vista ao grande efetivo que se utiliza de tais estruturas, se toma imprescindível a boa conservação.

- As ferramentas corretas garantem que as atividades de manutenção sejam realizadas com precisão e qualidade. Isso ajuda a evitar problemas futuros e garante funcionalidade conforme o esperado.
- Trabalhadores que têm acesso a ferramentas adequadas e materiais corretos podem aprimorar suas habilidades e conhecimentos. Em resumo, os profissionais desempenham um papel crítico na execução eficaz das atividades de manutenção. Elas não são apenas um investimento, mas uma necessidade para garantir a segurança, a eficiência e a qualidade das operações de manutenção que auxiliam o trabalho.

2.2 - O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2024**.

ID PCA : 74/2023

3. Descrição da solução

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 - Os materiais devem conter as especificações técnicas mínimas exigida pelos órgãos competentes, tendo em vista a segurança da utilização dos mesmo para manutenções prediais, nos Polos, CASAI e UBSI's e manutenções nas estruturas dos Sistemas de Abastecimento de Água -SAA, ao qual acarreta na segurança dos colaboradores assim como a no abastecimento de água potável nas aldeias dentro da área de cobertura do parque indígena do xingu.

3.2 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 1 deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Sustentabilidade:

4.1.1 A CONTRATADA deverá sempre que possível atender aos critérios e práticas sustentáveis previstas por meio do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que são:

- 4.1.2 baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 4.1.3 preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 4.1.4 maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 4.1.5 maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 4.1.6 maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- 4.1.7 uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.1.8 origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;

4.1.9 utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.1.3 - A CONTRATADA deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015 que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.3.1 - Ainda considerando o impacto ambiental da execução das atividades, o planejamento e metodologia das auditorias /atividades e preparação das programações, a CONTRATADA deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo.

4.2 Classificação dos Bens Comuns.

4.2.1 Os itens descritos no presente termo de referência são classificados como bens comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem e estão objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais de mercado (art. 1º, § único, da Lei nº 10.520/02 e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 3.555/00).

4.3 Obrigações da Contratante

4.3.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.3.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.3.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.3.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.3.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.3.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.4 Obrigações da Contratada

4.4.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.4.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.4.3 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.4.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.4.5 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.4.6 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.4.7 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.4.8 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.4.9 promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, entre outros.

4.4.10 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.5 Da Subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.6 - Garantia da contratação

4.6.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.2 - Será cobrado as garantias relatadas no Código de Defesa do Consumidor, segundo prevê o Código, na chamada garantia legal, o consumidor tem o prazo de 30 dias, no caso de bens não-duráveis e de 90 dias para bens duráveis, para solicitar o reparo de problemas de fácil identificação, sendo de responsabilidade do fornecedor, de acordo com o artigo 18, que define o que é um vício:

“Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.”

4.7 Da Alteração Subjetiva

4.7.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original e sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, sendo assim não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

5. Modelo de execução do objeto

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - Condições de Entrega

5.1.1 - O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos** contados da data da confirmação da ordem de compra enviados pelo almoxarifado da OM.

5.2. - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (15) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 - Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

DISTRITO ESPECIAL INDIGENA DO XINGU

Nº 1181 AVENIDA RIO GRANDE DO SUL - BAIRRO FLAMBOYANT

CANARANA, MT – BRASIL – CEP 78640-000

Horário: de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 18h00min

5.4 - Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6 - Obrigações da Contratante

5.6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.6.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.6.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.6.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.6.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.6.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.6.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.6.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.6.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7. Critérios de medição e pagamento

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação. Nota Explicativa: Inserir o **subitem 6.12** se for o caso para inclusão de rotinas de fiscalização específicas para atender às peculiaridades do objeto contratado.

7.4 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

7.5 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao **SICAF** ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13 - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 - O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** do IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 - O contratado regularmente optante pelo **Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24 - É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1 - As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25 - A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26 - Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27 - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28 - A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3. Habilitação Jurídica

8.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.8. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.3.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.3.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.5.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante);

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.5.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-seão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 766.937,59

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 766.937,59

9.1 O custo estimado total da contratação é de , conforme custos unitários apostos **R\$ 766.937,59 (Setecentos e sessenta e seis mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos)** na tabela no item 1 deste TERMO DE REFERÊNCIA.

10. Adequação orçamentária

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TAMARIKO JURUNA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/02/2024 às 09:07:54.

MARLI ZAVALA DE BOGONA INCAU

Membro de Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/02/2024 às 14:41:08.

WULKAI SUIA

Coordenador Distrital



Assinou eletronicamente em 23/02/2024 às 15:36:45.

Estudo Técnico Preliminar 37/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 25051.000238/2024-46

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa para aquisição de material de construção civil para reparos e melhorias nas estruturas dos Sistemas de Abastecimento de Água - SAA, bem como nas Unidades Básicas de Saúde Indígena - UBSI das aldeias, Polos Base, Casa de Apoio a Saúde Indígena - CASAI adstritas ao DSEI/Xingu, Alojamentos de Equipe e sede do Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI.

Considerando que existem atualmente no DSEI-XINGU 150 comunidades indígenas contando com uma população de 8.873 habitantes (conforme SIASI - Dsei Xingú de 2023).

O Distrito Sanitário Especial Indígena Xingu – DSEI – XINGU/SESAI/MS administra atualmente uma série de instalações que demandam manutenção e reparos constantes, além de pequenas melhorias, visando um melhor atendimento à saúde. No momento são 4 (quatro) Casas de Apoio a Saúde do Indígena - CASAI, 4 (quatro) Polos Base, uma sede do Distrito Sanitário Especial Indígena Xingu, (vinte e seis) 26 unidades básicas de saúde indígena, (noventa e sete) 93 sistemas de abastecimento de água, desses (vinte e sete) 27 necessitam de manutenção ou substituição de suas estruturas, além de construções como abrigos para geradores e melhorias sanitárias.

Desta maneira, observando as particularidades e as necessidades de cada uma destas instalações, foi instruído este processo com vista a aquisição de materiais de construção para a manutenção e melhorias destas instalações. Foi observado os tipos de materiais mais utilizados e aqueles em que algum momento sua não existência gerou problemas às instalações.

Obter –se – á com esta aquisição uma gama de materiais que possibilitarão que a equipe de Agentes Indígenas de Saneamento, bem como este SESANI/Xingu possa realizar essas melhorias e reformas que já são muito necessárias. Além disso, será obtido um ganho econômico com a aquisição destes materiais e a instalação dos mesmos por parte da equipe do DSEI – XINGU/SESAI /MS, uma vez que atualmente, sem contar com tais insumos, cada vez que se faz necessária uma manutenção predial ou em uma estrutura dos sistemas de abastecimento de água é necessário uma contratação de uma empresa que realiza o serviço de maneira global, com fornecimento de material e mão de obra.

Nesta modalidade, a empresa acrescenta ao seu custo os itens constantes nos Benefícios e despesas indiretas, como impostos das mais variadas origens e o lucro que cada empresário presume em seu serviço executado. Sendo assim, com a execução direta destes serviços, com o acompanhamento de equipe técnica capacitada, continuará existindo a qualidade da execução, porém com custo reduzido.

Diante do apresentado, esperamos a mais breve aquisição destes insumos para que se possa executar estas melhorias e contribuir na saúde indígena. suprimindo as necessidades dos diversos prédios geridos pelo DSEI – XINGU/SESAI/MS, bem como das estruturas e os sistemas de abastecimento de água existentes nas comunidades atendidas por este órgão, quanto às necessidades atuais e ocasionais de reposição de materiais relativos à manutenção predial.

Os quantitativos dos materiais foram estimados de acordo com memorial de cálculo contidos em anexo a este documento e com a avaliação de necessidade feita nos prédios e sistemas de abastecimento de água de que tem sua manutenção de responsabilidade do DSEI – XINGU/SESAI/MS.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Sanemaento e Edificações Indígenas - Sesani xingu	Wulkai Suia

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A classificação quanto ao detalhamento de naturezas de despesas está definida na Portaria Ministério da Fazenda 448 de 13 de setembro de 2002, a qual define material de consumo como aquele que em razão de seu uso corrente e da definição da Lei no 4.320/64, perde sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Os requisitos indispensáveis para o cumprimento do objeto são:

- Atender a descrição que constar no Termo de Referência;
- O valor proposto do item não deve ultrapassar o valor de referência cotado pela administração;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Fica a cargo da contratada entregar o item com agilidade e no endereço do DSEI/Xingu;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a aquisição, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5. Levantamento de Mercado

Visando em proporcionar o fornecimento de água potável e de manter as condições mínimas das estruturas de saneamento às regiões aldeadas, assim como os atendimentos nas Casai, UBSI, alojamentos de equipe e sede do Distrito Sanitário Especial Indígena requisitos essenciais para oferecer boas condições de saúde de qualquer ser humano, este estudo realizou levantamento de mercado e apresenta às soluções encontradas a seguir:

- Contratação de empresas especializadas em serviços de manutenção e construção predial.
- Realização de Serviços de manutenção predial em estruturas dos sistemas de abastecimento, e prédios adstritos ao Dsei Xingu por mão-de-obra disponível à Administração.

Dentre as diversas soluções apresentadas, cada uma possui certos pontos fortes, de modo que todas as presentes situações poderia ser aplicadas, desde que haja viabilidade técnica ou financeira para tal, uma vez que há aldeias com características diversas tais como distância da zona urbana e de outras aldeias, características dos meios de acesso, quantidade de habitantes, entre outras singularidades. Desde modo, visando maximizar a eficiência, a efetividade das ações e o custeio, optou-se pela realização de aquisição dos materiais e equipamentos de modo que a Administração possa realizar instalações e manutenções prediais de todas as estruturas adstritas ao Dsei Xingu já existentes.

Para a presente contratação foi observado a Instrução Normativa N° 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM
1	236983	Barra de Aço, comprimento 12m, aço CA-50 diâmetro 6,3mm
2	394410	Barra de Aço, comprimento 12m, aço CA-50 diâmetro 8,0mm
3	236982	Barra de Aço, comprimento 12m, aço CA-50 diâmetro 10,0mm
4	393221	Barra de Aço, comprimento 12m, aço CA-60 diâmetro 5,0mm
5	225308	Arame Recozido 16 BWG, D=1,65mm (0,016kg/m)
		Arame galvanizado 12 BWG, diâmetro de 2,76mm, peso linear de 0,048kg

6	15903	/m, rolo de 1,0 kg.
7	216954	Areia de construção granulometria média
8	216953	Areia de construção granulometria fina
9	216957	Pedra britada n.1 (9,5 a 19mm)
10	216956	Pedra britada n.0 ou pedrisco (4,8 a 9,5mm)
11	382067	Bloco cerâmico (alvenaria de vedação) 9 furos, de 11,5x14x24cm
12	236976	Bloco cerâmico (alvenaria de vedação) 6 furos, de 9x14x24cm
13	337220	Cimento Portland composto CP-II 32 (saco 50kg)
14	237554	Telha de fibrocimento ondulada dimensões: 2,44 x 1,10 x 6mm
15	235861	Telha de fibrocimento ondulada dimensões: 3,66 x 1,10 x 6mm
16	237553	Telha de fibrocimento ondulada dimensões: 1,83 x 1,10 x 6mm
17	481565	Telha cerâmica tipo supernova, 43cm x 27cm
18	456383	Tinta acrílica a base d'água cor concreto (lata 18L)
19	456384	Tinta acrílica a base d'água cor branco gelo (lata 18L)
20	372675	Esmalte sintético a base de óleo, acabamento brilhante, aplicação: revestimento superfícies internas, externas e madeira (galão 3,6L).
21	275188	Massa corrida a base d'água: composição resina a base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, cargas minerais inertes e aditivos. Embalagem de 25kg
22	317914	Prego de aço com cabeça 10 x 10 (1,5 x 23mm)
23	317911	Prego de aço com cabeça 15 x 15 (2,4x30mm)
24	609322	Prego de aço com cabeça 17 x 21 (3x50mm)
25	317910	Prego de aço com cabeça 17 x 27 (3 x 62mm)
26	232999	Prego de aço com cabeça 19 x 33 (3 x 9)
27	317905	Prego de aço com cabeça 20 x 48 (4,4 x 110,4mm)
28	343325	Prego de aço com cabeça 21 x 45 (4 x 6)
29	214458	Prego telheiro galvanizado para telha de fibrocimento com arruela metálica e arruela de PVC, corpo espirilado, tamanho 18 x 27, pacote de 1 kg
30	483501	Revestimento cerâmico, categoria PEI - IV, dimensões 45x45, cor branca, acabamento esmaltado.
31	223467	Tinta acrílica cor branco neve em latão de 18L, acabamento semibrilho, rendimento mínimo de 320m²/demão por latão, para pintura em área interna ou externa
32	398085	Tinta acrílica cor verde folha em latão de 18L, acabamento semibrilho, rendimento mínimo de 320m²/demão por latão, para pintura em área interna ou externa
33	393223	Selador acrílico para paredes internas e externas em latão de 18L, rendimento mínimo de 350m²/demão por latão, antimoho, acabamento fosco.
34	453731	Selador acrílico para madeira em galão de 3,6L, rendimento mínimo de 85m²/demão por galão.
35	240929	Massa para madeira em galão de 3,6L (5,5kg), uso interno e externo, rendimento mínimo de 10m²/demão por galão
36	217297	Dobradiça zincada, dimensões 3" x 2 1/2", sem anel, pacote c/ 3 unidades, inclusive parafusos.
37	334667	Dobradiça zincada 4" x 3", pacote c/ 3 unidades, inclusive parafusos.
38	343460	Fechadura externa padrão popular, acabamento cromado, máquina de 40mm, completa, com chaves, espelhos e parafusos de fixação
39	354740	Fechadura interna padrão popular, acabamento cromado, máquina de 40mm, completa, com chaves, espelhos e parafusos de fixação

40	356995	Fechadura para banheiro padrão popular, acabamento cromado, máquina de 40mm, completa, com espelhos e parafusos de fixação.
41	297215	Folha de lixa para ferro e aço N° 80
42	311547	Folha de lixa para ferro e aço N° 100
43	230655	Folha de lixa para ferro e aço N° 120
44	233856	Folha de lixa d'água N° 80
45	445327	Folha de lixa d'água N° 100
46	234721	Folha de lixa d'água N° 120
47	440405	Folha de lixa d'água N° 220
48	354502	Folha de lixa N° 80 para madeira
49	329586	Folha de lixa N° 100 para madeira
50	313474	Folha de lixa N° 120 para madeira
51	275848	Telha translúcida de fibra de vidro modelo vogatex/fibrotex, com 2,44 x 1,10m compatível com telha de fibrocimento de 4mm de espessura, na cor leitosa, com proteção contra raios UV.
52	244640	Telha de fibrocimento tipo fibrotex nas dimensões 0,50 x 2,44m com espessura de 4,0mm.
53	220760	Cumeeira para telha de fibrocimento tipo fibrotex de 50cm de comprimento e espessura de 4,0mm, parte inferior
54	220755	Cumeeira para telha de fibrocimento tipo fibrotex de 50cm de comprimento e espessura de 4,0mm, parte superior
55	483992	Elemento vazado (cobogó) em concreto pré-moldado 40 x 40 x 7cm
56	326198	Revestimento cerâmico, categoria PEI V, dimensões mínimas 30x30, cor branca, acabamento esmaltado
57	315169	Argamassa colante tipo AC1, pacote de 20kg
58	466764	Rejunte flexível antimoho na cor branca, pacote de 1,0kg
59	373752	Espaçador de 4,0mm para cerâmica pacote com 100 unidades
60	465636	Compensado tipo OSB tapume, espessura 10,0mm, dimensões 1,22x2,20m.
61	390022	Impermeabilizante em emulsão asfáltica dispersa em água, balde de 18L
62	247318	Forro PVC em placas de dimensões 0,20 x 6,0m na cor branca
63	318018	Bucha plástica S6 com anel, uso em alvenaria ou concreto.
64	481479	Pia inox 430, com uma cuba centralizada, com dimensões de 1,20m x 55,0 cm com rodopia, escorredor duplo
65	343623	Tanque Duplo, material granitina, dimensões 120x50cm
66	393923	Impermeabilizante para caixas d'água em concreto, argamassa e alvenaria tipo revestimento protetor semi-flexível, bicomponente, à base de cimento, areias selecionadas e resina acrílica, fornecido pronto para uso, bastando apenas misturar os componentes, o líquido branco leitoso com o pó fino, aplicação como pintura, alta aderência em substratos cimentícios e alvenaria, em embalagem de 18kg
67	356718	Cabo de aço inox tipo náutico com alma de aço, diâmetro de 3,18 mm (1/8"), 6x19.
68	291567	Cabo de aço inox tipo náutico com alma de aço, diâmetro de 4,76 mm (3/16"), 6x19.
69	449754	Cabo de aço inox tipo náutico com alma de aço, diâmetro de 6,35 mm (1/4"), 6x19.
70	356134	Grampo tipo Clips em aço inox para cabo de aço de 3,18 mm (1/8")
71	306909	Grampo tipo Clips em aço inox para cabo de aço de 4,76 mm (3/16")
72	356719	Grampo tipo Clips em aço inox para cabo de aço de 6,35 mm (1/4")
73	218050	Esticador para cabo de aço de 1/4" tipo gancho/olhal em aço galvanizado

74	458189	Manta de fibra de vidro laminado, pacote de 250,0g
75	441682	Resina de poliéster para fibra de vidro em frasco de 900 ml, acompanha frasco de catalisador
76	231375	Armário plástico para banheiro, uma porta com puxador, cor branca, com espelho, modelo de sobrepor, dimensões aproximadas de 31x36x10cm
77	454416	Abraçadeira reforçada em aço carbono para mangote de 2 1/2", aperto com parafuso, rosca sem fim
78	454411	Abraçadeira reforçada em aço carbono para mangote de 1 1/2", aperto com parafuso, rosca sem fim
79	442020	Tela em fibra de vidro, tipo anti inseto, com largura de 1,50 m, malha 18x16, fio 30, proteção anti-UV, fio revestido em PVC
80	297475	Barra roscada galvanizada 1/2" x 1,00m
81	365555	Porca galvanizada sextavada para barra roscada 1/2"
82	485984	Arruela galvanizada para barra roscada 1/2"
83	343594	Barra PCD 80,0cm, em aço carbono, acabamento inox, reta, com parafusos de fixação conforme norma NBR 9050
84	484602	Banco articulado PCD, em aço carbono, acabamento inox, com parafusos de fixação e pés de apoio tamanho 70 x 45cm conforme NBR 9050
85	217352	Armador de rede em aço galvanizado modelo de chumbar em parede, inclusive gancho, tipo reforçado
86	317352	Armador de rede em aço galvanizado modelo de parafusar em parede, com gancho, tipo reforçado, inclusive parafusos de fixação
87	442680	Vidro canelado 4,0mm para esquadrias
88	241760	Massa para fixação de vidro em esquadrias
89	443888	Mourão para cerca em concreto armado, seção quadrada 12x12cm, comprimento de 2,80m e ponta curva com 40cm, adequado para a instalação de 11 fios de arame
90	360921	Parafuso chipboard tipo philips 3,5x40mm com rosca soberba, caixa com 500 unidades
91	442015	Parafuso autobrocante em aço carbono zincado, cabeça flangeada, dimensões 4,2x25mm
92	382599	Parafuso autobrocante em aço carbono zincado, cabeça sextavada, comprimento 6,30mm, diâmetro 2,5mm, com arruela de vedação
93	362047	Lona de polietileno impermeável, reforçada, 200 micras, dimensões 7x4m, proteção anti-UV, ilhoses metálicos, fio sintético ao redor da bainha
94	353779	Lona de polietileno impermeável, reforçada, 200 micras, dimensões 5x4m, proteção anti-UV, ilhoses metálicos, fio sintético ao redor da bainha
95	299792	Lona filme incolor, para estufa, com proteção UV, espessura de 150 micras, em rolos com 8 metros de largura por 100 metros de comprimento
96	251303	Solvente tipo Thinner em embalagem de 900 mililitro
97	440471	Manta asfáltica auto adesiva aluminizada, em rolo com 30cm x 10 metros
98	360924	Parafuso rosca soberba, tipo chipboard, chave philips, dimensões 4,0 x40mm, caixa com 100 unidades
99	389532	Fundo Zarcão Primer anticorrosivo, aderente, secagem rápida, superfícies metálicas ferrosas em geral, para interiores e exteriores, Galão 3,6 L
100	601072	Acabamento para forro (rodaforro) em PVC, perfil tipo U, cor branco, peça de 6,00 metros
101	447694	Anel em concreto armado, peça circular pré-moldada, diâmetro externo: 1.200mm; espessura mínima: 40mm; altura: 500mm; peso aproximado: 150kg.
102	225315	Treliça eletrosoldada CA 60, compostas de vergalhões banzo superior 6,0 mm, banzo inferior 4,2mm e diagonais 4,2mm, altura 8,0 cm, peça com 12,0m

103	364511	Bandeja de pintura plástica 40 x 23
104	288794	Rolo de pintura predial lã de carneiro, 23cm com suporte e garfo de aço.
105	372682	Rolo de pintura predial lã de carneiro, 15cm com suporte e garfo de aço.
106	612538	Pincel de pintura 1"
107	299698	Pincel de pintura 2"
108	447110	Pincel de pintura 2" 1/2
109	455088	Fita crepe adesiva 48 MM X 50M
110	471090	Cabo rolo de pintura do tipo extensor 4,0M
111	449350	Espátula de aço 80MM
112	307559	Massa acrílica em latão de 18L (25kg), rendimento mínimo de 50m²/demão por latão, para uso interno e externo
113	346299	Colher de pedreiro 10" aço inteiriça
114	468625	Carrinho de mão aço galvanizado, pneu com câmara, capacidade de 100kg.
VALOR TOTAL PREVISTO		R\$ 766.937,59

Observação: Em caso de divergência entre o Sistema de Catalogação de Material - CATMAT e o Termo de Referência permanecem as descrições técnicas do Termo de Referência.

6. Descrição da solução como um todo

Trata se da solicitação de abertura para o processo de licitação na modalidade pregão eletrônico que visa a aquisição de material de construção civil para reparos e melhorias nas estruturas dos Sistemas de Abastecimento de Água - SAA, bem como nas Unidades Básicas de Saúde Indígena - UBSI das aldeias, Polos Base, Casa de Apoio a Saúde Indígena - CASAI adstritas ao DSEI /Xingu, Alojamentos de Equipe e sede do Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI, com intuito de garantir a saúde nesses locais, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme condições e Memorial de Cálculo presente no ANEXO I deste instrumento, as quantidades e exigências estabelecidas neste são:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE.	UND.
1	236983	Barra de Aço, comprimento 12m, aço CA-50 diâmetro 6,3 mm	126	UND.
2	394410	Barra de Aço, comprimento 12m, aço CA-50 diâmetro 8,0 mm	250	UND.
3	236982	Barra de Aço, comprimento 12m, aço CA-50 diâmetro 10,0mm	250	UND.
4	393221	Barra de Aço, comprimento 12m, aço CA-60 diâmetro 5,0 mm	650	UND.
5	225308	Arame Recozido 16 BWG, D=1,65mm (0,016kg/m)	50	KG
6	15903	Arame galvanizado 12 BWG, diâmetro de 2,76mm, peso linear de 0,048kg/m, rolo de 1,0 kg.	40	KG
7	216954	Areia de construção granulometria média	36	M³
8	216953	Areia de construção granulometria fina	36	M³

9	216957	Pedra britada n.1 (9,5 a 19mm)	36	M³
10	216956	Pedra britada n.0 ou pedrisco (4,8 a 9,5mm)	36	M³
11	382067	Bloco cerâmico (alvenaria de vedação) 9 furos, de 11,5 x 14 x 24cm	9750	UND.
12	236976	Bloco cerâmico (alvenaria de vedação) 6 furos, de 9 x 14 x 24cm	9750	UND.
13	337220	Cimento Portland composto CP-II 32 (saco 50kg)	1000	UND.
14	237554	Telha de fibrocimento ondulada dimensões: 2,44 x 1,10 x 6mm	500	UND.
15	235861	Telha de fibrocimento ondulada dimensões: 3,66 x 1,10 x 6mm	500	UND.
16	237553	Telha de fibrocimento ondulada dimensões: 1,83 x 1,10 x 6mm	500	UND.
17	481565	Telha cerâmica tipo supernova, 43cm x 27cm	6000	UND.
18	456383	Tinta acrílica a base d'água cor concreto (lata 18L)	35	UND.
19	456384	Tinta acrílica a base d'água cor branco gelo (lata 18L)	35	UND.
20	372675	Esmalte sintético a base de óleo, acabamento brilhante, aplicação: revestimento superfícies internas, externas e madeira (galão 3,6L).	38	UND.
21	275188	Massa corrida a base d'água: composição resina a base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, cargas minerais inertes e aditivos. Embalagem de 25kg	35	UND.
22	317914	Prego de aço com cabeça 10 x 10 (1,5 x 23mm)	209	KG
23	317911	Prego de aço com cabeça 15 x 15 (2,4x30mm)	209	KG
24	609322	Prego de aço com cabeça 17 x 21 (3x50mm)	209	KG
25	317910	Prego de aço com cabeça 17 x 27 (3 x 62mm)	209	KG
26	232999	Prego de aço com cabeça 19 x 33 (3 x 9)	209	KG
27	317905	Prego de aço com cabeça 20 x 48 (4,4 x 110,4mm)	209	KG
28	343325	Prego de aço com cabeça 21 x 45 (4 x 6)	209	KG
29	214458	Prego telheiro galvanizado para telha de fibrocimento com arruela metálica e arruela de PVC, corpo espiralado, tamanho 18 x 27, pacote de 1 kg	200	KG
30	483501	Revestimento cerâmico, categoria PEI - IV, dimensões 45x45, cor branca, acabamento esmaltado.	500	M²
31	223467	Tinta acrílica cor branco neve em latão de 18L, acabamento semibrilho, rendimento mínimo de 320m² /demão por latão, para pintura em área interna ou externa	35	UND.
32	398085	Tinta acrílica cor verde folha em latão de 18L, acabamento semibrilho, rendimento mínimo de 320m² /demão por latão, para pintura em área interna ou externa	34	UND.
33	393223	Selador acrílico para paredes internas e externas em latão de 18L, rendimento mínimo de 350m²/demão por latão, antimoho, acabamento fosco.	35	UND.
34	453731	Selador acrílico para madeira em galão de 3,6L, rendimento mínimo de 85m²/demão por galão.	34	UND.
35	240929	Massa para madeira em galão de 3,6L (5,5kg), uso interno e externo, rendimento mínimo de 10m²/demão por galão	10	UND.
36	217297	Dobradiça zincada, dimensões 3" x 2 1/2", sem anel, pacote c/ 3 unidades, inclusive parafusos.	100	UND.
37	334667	Dobradiça zincada 4" x 3", pacote c/ 3 unidades, inclusive parafusos.	100	UND.
		Fechadura externa padrão popular, acabamento cromado,		

38	343460	máquina de 40mm, completa, com chaves, espelhos e parafusos de fixação	34	UND.
39	354740	Fechadura interna padrão popular, acabamento cromado, máquina de 40mm, completa, com chaves, espelhos e parafusos de fixação	34	UND.
40	356995	Fechadura para banheiro padrão popular, acabamento cromado, máquina de 40mm, completa, com espelhos e parafusos de fixação.	34	UND.
41	297215	Folha de lixa para ferro e aço N° 80	200	UND.
42	311547	Folha de lixa para ferro e aço N° 100	200	UND.
43	230655	Folha de lixa para ferro e aço N° 120	200	UND.
44	233856	Folha de lixa d'água N° 80	875	UND.
45	445327	Folha de lixa d'água N° 100	525	UND.
46	234721	Folha de lixa d'água N° 120	525	UND.
47	440405	Folha de lixa d'água N° 220	525	UND.
48	354502	Folha de lixa N° 80 para madeira	100	UND.
49	329586	Folha de lixa N° 100 para madeira	100	UND.
50	313474	Folha de lixa N° 120 para madeira	100	UND.
51	275848	Telha translúcida de fibra de vidro modelo vogatex /fibrotex, com 2,44 x 1,10m compatível com telha de fibrocimento de 4mm de espessura, na cor leitosa, com proteção contra raios UV.	50	UND.
52	244640	Telha de fibrocimento tipo fibrotex nas dimensões 0,50 x 2,44m com espessura de 4,0mm.	500	UND.
53	220760	Cumeeira para telha de fibrocimento tipo fibrotex de 50cm de comprimento e espessura de 4,0mm, parte inferior	250	UND.
54	220755	Cumeeira para telha de fibrocimento tipo fibrotex de 50cm de comprimento e espessura de 4,0mm, parte superior	250	UND.
55	483992	Elemento vazado (cobogó) em concreto pré-moldado 40 x 40 x 7cm	40	UND.
56	326198	Revestimento cerâmico, categoria PEI V, dimensões mínimas 30x30, cor branca, acabamento esmaltado	500	M²
57	315169	Argamassa colante tipo AC1, pacote de 20kg	205	UND.
58	466764	Rejunte flexível antimoho na cor branca, pacote de 1,0kg	100	UND.
59	373752	Espaçador de 4,0mm para cerâmica pacote com 100 unidades	35	UND.
60	465636	Compensado tipo OSB tapume, espessura 10,0mm, dimensões 1,22x2,20m.	80	UND.
61	390022	Impermeabilizante em emulsão asfáltica dispersa em água, balde de 18L	20	UND.
62	247318	Forro PVC em placas de dimensões 0,20 x 6,0m na cor branca	1000	M²
63	318018	Bucha plástica S6 com anel, uso em alvenaria ou concreto.	1000	UND.
64	481479	Pia inox 430, com uma cuba centralizada, com dimensões de 1,20m x 55,0cm com rodopia, escorredor duplo	34	UND.
65	343623	Tanque Duplo, material granitina, dimensões 120x50cm	34	UND.
		Impermeabilizante para caixas d'água em concreto, argamassa e alvenaria tipo revestimento protetor semi-flexível, bicomponente, à base de cimento, areias		

66	393923	selecionadas e resina acrílica, fornecido pronto para uso, bastando apenas misturar os componentes, o líquido branco leitoso com o pó fino, aplicação como pintura, alta aderência em substratos cimentícios e alvenaria, em embalagem de 18kg	35	UND.
67	356718	Cabo de aço inox tipo náutico com alma de aço, diâmetro de 3,18 mm (1/8"), 6x19.	1500	M
68	291567	Cabo de aço inox tipo náutico com alma de aço, diâmetro de 4,76 mm (3/16"), 6x19.	750	M
69	449754	Cabo de aço inox tipo náutico com alma de aço, diâmetro de 6,35 mm (1/4"), 6x19.	500	M
70	356134	Grampo tipo Clips em aço inox para cabo de aço de 3,18 mm (1/8")	100	UND.
71	306909	Grampo tipo Clips em aço inox para cabo de aço de 4,76 mm (3/16")	60	UND.
72	356719	Grampo tipo Clips em aço inox para cabo de aço de 6,35 mm (1/4")	60	UND.
73	218050	Esticador para cabo de aço de 1/4" tipo gancho/olhal em aço galvanizado	50	UND.
74	458189	Manta de fibra de vidro laminado, pacote de 250,0g	27	UND.
75	441682	Resina de poliéster para fibra de vidro em frasco de 900 ml, acompanha frasco de catalisador	27	UND.
76	231375	Armário plástico para banheiro, uma porta com puxador, cor branca, com espelho, modelo de sobrepor, dimensões aproximadas de 31x36x10cm	34	UND.
77	454416	Abraçadeira reforçada em aço carbono para mangote de 2 1/2", aperto com parafuso, rosca sem fim	101	UND.
78	454411	Abraçadeira reforçada em aço carbono para mangote de 1 1/2", aperto com parafuso, rosca sem fim	101	UND.
79	442020	Tela em fibra de vidro, tipo anti inseto, com largura de 1,50 m, malha 18x16, fio 30, proteção anti-UV, fio revestido em PVC	150	M
80	297475	Barra roscada galvanizada 1/2" x 1,00m	400	UND.
81	365555	Porca galvanizada sextavada para barra roscada 1/2"	4000	UND.
82	485984	Arruela galvanizada para barra roscada 1/2"	4000	UND.
83	343594	Barra PCD 80,0cm, em aço carbono, acabamento inox, reta, com parafusos de fixação conforme norma NBR 9050	8	UND.
84	484602	Banco articulado PCD, em aço carbono, acabamento inox, com parafusos de fixação e pés de apoio tamanho 70 x 45cm conforme NBR 9050	8	UND.
85	217352	Armador de rede em aço galvanizado modelo de chumbar em parede, inclusive gancho, tipo reforçado	40	UND.
86	317352	Armador de rede em aço galvanizado modelo de parafusar em parede, com gancho, tipo reforçado, inclusive parafusos de fixação	40	UND.
87	442680	Vidro cancelado 4,0mm para esquadrias	40	M²
88	241760	Massa para fixação de vidro em esquadrias	20	KG
89	443888	Mourão para cerca em concreto armado, seção quadrada 12x12cm, comprimento de 2,80m e ponta curva com 40cm, adequado para a instalação de 11 fios de arame	120	UND.
90	360921	Parafuso chipboard tipo philips 3,5x40mm com rosca soberba, caixa com 500 unidades	10	UND.
		Parafuso autobrochante em aço carbono zincado, cabeça		

91	442015	flangeada, dimensões 4,2x25mm	1000	UND.
92	382599	Parafuso autobrocante em aço carbono zincado, cabeça sextavada, comprimento 6,30mm, diâmetro 2,5mm, com arruela de vedação	1000	UND.
93	362047	Lona de polietileno impermeável, reforçada, 200 micras, dimensões 7x4m, proteção anti-UV, ilhoses metálicos, fio sintético ao redor da bainha	35	UND.
94	353779	Lona de polietileno impermeável, reforçada, 200 micras, dimensões 5x4m, proteção anti-UV, ilhoses metálicos, fio sintético ao redor da bainha	35	UND.
95	299792	Lona filme incolor, para estufa, com proteção UV, espessura de 150 micras, em rolos com 8 metros de largura por 100 metros de comprimento	5	UND.
96	251303	Solvente tipo Thinner em embalagem de 900 mililitro	30	UND.
97	440471	Manta asfáltica auto adesiva aluminizada, em rolo com 30cm x 10 metros	5	UND.
98	360924	Parafuso rosca soberba, tipo chipboard, chave philips, dimensões 4,0x40mm, caixa com 100 unidades	10	UND.
99	389532	Fundo Zarcão Primer anticorrosivo, aderente, secagem rápida, superfícies metálicas ferrosas em geral, para interiores e exteriores, Galão 3,6 L	10	UND.
100	601072	Acabamento para forro (rodaforro) em PVC, perfil tipo U, cor branco, peça de 6,00 metros	200	UND.
101	447694	Anel em concreto armado, peça circular pré-moldada, diâmetro externo: 1.200mm; espessura mínima: 40mm; altura: 500mm; peso aproximado: 150kg.	25	UND.
102	225315	Treliça eletrosoldada CA 60, compostas de vergalhões banzo superior 6,0mm, banzo inferior 4,2mm e diagonais 4,2mm, altura 8,0 cm, peça com 12,0m	25	UND.
103	364511	Bandeja de pintura plástica 40 x 23	5	UND.
104	288794	Rolo de pintura predial lã de carneiro, 23cm com suporte e garfo de aço.	15	UND.
105	372682	Rolo de pintura predial lã de carneiro, 15cm com suporte e garfo de aço.	15	UND.
106	612538	Pincel de pintura 1"	15	UND.
107	299698	Pincel de pintura 2"	15	UND.
108	447110	Pincel de pintura 2" 1/2	15	UND.
109	455088	Fita crepe adesiva 48 MM X 50M	50	UND.
110	471090	Cabo rolo de pintura do tipo extensor 4,0M	5	UND.
111	449350	Espátula de aço 80MM	10	UND.
112	307559	Massa acrílica em latão de 18L (25kg), rendimento mínimo de 50m ² / demão por latão, para uso interno e externo	10	UND.
113	346299	Colher de pedreiro 10" aço inteiriça	10	UND.
114	468625	Carrinho de mão aço galvanizado, pneu com câmara, capacidade de 100kg.	5	UND.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 766.937,59

O custo estimado da contratação é de **R\$ 766.937,59 (Setecentos e sessenta e seis mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela no item 1 do Termo de Referência.

O valor estimado da contratação foi estimado a partir da pesquisa de preços realizada no *compras.gov.br* e *sítios eletrônicos especializados* para os itens que não obteve êxito na coleta pelo regime de pesquisa de preços no *compras.gov.br*, onde foi utilizada a mediana dos preços obtidos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente contratação se dará em etapa única, pois a partir dela serão possíveis a realização das manutenções preventivas e/ou substituição de estruturas que estejam com patologias e que necessitam de reparos, o que vai proporcionar e/ou manter as condições mínimas de bem estar e segurança a todos os colaboradores que fazem parte do quadro de contratação do distrito e também das comunidades abrangentes do DSEI Xingu.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Até a presente data não existem contratações correlatas a esta aquisição.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa contratação já foi prevista para o ano e incluída no Planejamento e Gerenciamento de Contratações 2024 do DSEI - Xingu

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios da contratação estão ligados diretamente ao conforto, segurança bem estar da população indígena pois esses materiais e equipamentos proporcionaram que as equipes realizem as manutenções necessárias tanto preventivas como corretivas nas estruturas dos Sistemas de Abastecimento de Água das aldeias, e isso implica diretamente na entrega de uma boa qualidade da água para consumo humano que está relacionado à diminuição de doenças de veiculação hídrica.

Os insumos adquiridos também trará benefícios nas reformas e manutenções das 4 (quatro) CASAI (Gaúcha do Norte - MT / Querência - MT / Canarana - MT / Sinop - MT), em todas as 26 (vinte e seis) UBSI - Unidades Básicas de Saúde Indígena em todo território indígena do Xingu, além dos 4 (quatro) Polos Base (Leonardo / Pavuru / Diauarum / Wawi) que conta com uma grande quantidade de profissionais que atuam diretamente nos polos e 4 (quatro) Alojamento de Equipe além da sede do Distrito DSEI, uma vez que vamos poder garantir o funcionamento de todas essas edificações proporcionando segurança e bem estar de todos os colaboradores e usuários, condições essas que são de suma importância.

13. Providências a serem Adotadas

A Portaria de consolidação nº 5 de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde, no qual, dispõe sobre os procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo e seu padrão de potabilidade. Faz necessário que os serviços de manutenção dos sistemas de abastecimento de água estejam em total funcionamento, para que a população indígena seja beneficiada com o abastecimento de água potável, como meio de controle das doenças de veiculação hídrica, além disso, no qual

os serviços de manutenção, proporcionem benefícios na diminuição das despesas e de depreciação de materiais, bens e equipamentos, assim como a garantia da eficiência e assegurar o padrão sanitário exigido

14. Possíveis Impactos Ambientais

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, quando da aquisição de bens, poderão ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448- 2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restricion of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).

A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

Quanto ao Decreto nº 7.746, de 05/06//2012, exige-se em seu Art. 4º, critérios e práticas sustentáveis :

- I - Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - preferência para materiais, tecnologias-primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento considera necessária essa aquisição de materiais construção civil pois há necessidade de fazer manutenções preventivas e corretivas nas estruturas dos sistemas de abastecimento de água das aldeias e nas instalações prediais das CASAI, sede do DSEI, alojamentos de equipe e UBSI visando uma melhor entrega nas comunidades na questão da saúde.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TAMARIKO JURUNA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/02/2024 às 09:00:10.

MARLI ZAVALA DE BOGONA INCAU

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/02/2024 às 14:39:50.

WULKAI SUIA

Coordenador Distrital



Assinou eletronicamente em 23/02/2024 às 15:32:47.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MEMÓRIA DE CÁLCULO.xlsx (40.45 KB)



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - XINGU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº .../2024

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- 3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)...
- 3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.
- 4.2. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses.

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*.

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso*

de contratação direta, poderá.

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço

registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas.

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o

descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. **CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que

mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



Documento assinado eletronicamente por **Wulkai Suia, Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 29/04/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0040379396** e o código CRC **3CE34217**.

Referência: Processo nº 25051.000238/2024-46

SEI nº 0040379396

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/XINGU
Avenida Rio Grande do Sul, nº 1181 - Bairro Jardim Flamboyant, Canarana/MT, CEP 78640-000
Site - www.saude.gov.br



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - XINGU

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A União / Autarquia / Fundação, (utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
4						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do

projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([ART. 92, XIV, XVI E XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([ART. 92, XII](#))

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([ART. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b)der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)der causa à inexecução total do contrato;
- d)ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV - **Multa:**

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a)O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato .

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de% a ...%do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de% a ...%do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas

cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos

administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.0.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.0.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.0.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:

II - Fonte de Recursos:

III - Programa de Trabalho:

IV - Elemento de Despesa:

V - Plano Interno:

VI - Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([ART. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([ART. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



Documento assinado eletronicamente por **Wulkai Suia, Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 29/04/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0040379433** e o código CRC **02726887**.

Referência: Processo nº 25051.000238/2024-46

SEI nº 0040379433

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/XINGU
Avenida Rio Grande do Sul, nº 1181 - Bairro Jardim Flamboyant, Canarana/MT, CEP 78640-000
Site - www.saude.gov.br